



RESENHA

TAVARES, Sinivaldo. *Ecologia e decolonialidade: implicações mútuas*. São Paulo: Paulinas, 2022. 124 p. ISBN: 978-65-588-147-0

*Daniel Carvalho Silva**

Sinivaldo Silva Tavares é frade franciscano, doutor em teologia sistemática pela Pontifícia Universidade Antonianum, em Roma, e pós-doutor na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente, é pesquisador e professor de teologia sistemática no programa de pós-graduação em teologia na Faculdade Jesuíta (FAJE). Além de ter publicado mais de dez livros e inúmeros artigos em periódicos especializados que, nalguma medida, giram em torno da ecoteologia, desde 2019 Tavares compõe a equipe internacional incumbida de propor a metodologia e os conteúdos para a criação de mestrado e doutorado em ecoteologia na Pontifícia Universidade Antonianum. Na mesma área de conhecimento, a obra que apresentamos intersecciona o paradigma ecológico às questões provenientes da perspectiva decolonial. Publicado pela coleção “Faculdade Jesuíta”, em papel branco e num formato 14 cm x 21cm, “Ecologia e decolonialidade” é composto por seis capítulos que, numa leitura rasa, podem parecer desconexos entre si, embora, definitivamente, não o sejam.

O capítulo I constitui-se nos moldes de uma análise de conjuntura que identifica a lógica do mercado, da tecnociência e da mídia como um paradigma que exerce hegemonia sobre a cultura humana na atualidade. Tal paradigma sustenta duas faces do capitalismo: uma *simbólica*, que sobrevive do desejo subjetivo dos consumidores, e uma *cognitiva*, que precifica os produtos não mais pela força de trabalho e pelo tempo investidos na transformação da matéria-prima em produto final, mas, sim, pelo acúmulo de conhecimento condensado nele (p. 17). A tecnociência decompõe a natureza para recriá-la nos moldes da ciência informática e da biologia molecular e, assim, produz as necessidades de consumo das quais os consumidores serão sempre mais dependentes (p. 20). A mídia, por exemplo, de “meio de comunicação social” passou a ser um ambiente vital, e qualquer coisa que não estiver inserida no mundo virtual – onde será visualizada –, é como se não existisse (p. 22-23). Desse modo, a mídia se torna uma criadora de realidades que, somada aos interesses do mercado, o absolutiza, mercantiliza a vida, amortece os conteúdos éticos, condiciona a verdade à eficiência e o tempo à sua dimensão quantitativa. O resultado é o esvaziamento do pensamento e a redução do conhecimento a um saber instrumental, incapaz de problematizar as questões fundamentais para o tempo presente.

* Mestrando em Ciências da Religião (PUC Goiás). ORCID: 0000-0002-8700-4113. Contato: dancarvalho90@gmail.com

O capítulo II aborda a emergência do paradigma ecológico como uma alternativa ao paradigma descrito no primeiro capítulo. Ecologia diz respeito às relações complexas e interligadas dos organismos das quais nada que diga respeito ao planeta Terra está desvinculado. A perspectiva, de igual modo como fez sobre o paradigma hegemônico, é a mesma assumida pelo papa Francisco na encíclica “Laudato Si” – da qual, aliás, o autor apresenta uma síntese por capítulos – e aponta a necessidade de se reconhecer que a Terra tem limites. Os imperativos éticos e epistemológicos, nesse caso, giram entorno da assunção da complexidade no exercício de análise da realidade em vistas da sustentabilidade e do cuidado com a “Casa Comum”. Em termos teológicos, trata-se de uma “conversão” ecológica que propicie o surgimento de um novo modelo de relações entre a humanidade e o meio onde ela vive.

O capítulo III traz à baila a concepção de modernidade tal como ela é assumida pelos estudos decoloniais, isto é, como uma face da moeda que, do lado oposto, exhibe a imagem do colonialismo. A descoberta europeia de que havia um continente até então desconhecido para eles foi a condição *sine qua non* para que a modernidade fosse declarada. Afinal, sem periferias não haveria centro e, sem regiões exploradas, não haveria países enriquecidos em demasia. A sustentação ideológica dessa realidade se deu pela invenção da ideia de raça, sustentada pelo argumento da “natureza” que supostamente cria sujeitos mais humanos, superiores, e sujeitos menos humanos, inferiores. Essa distinção fundamenta a divisão racial do trabalho, a violência em nome da civilização e a dominação de uns povos sobre outros. Somado à invenção da ideia de raça, convencionou-se que a história fosse única, linear e progressiva, de modo que o modelo de vida europeu fosse o mais desenvolvido e os dos demais povos fossem, todos, considerados primitivos; tal movimento sufocou as culturas indígenas e dos povos escravizados trazidos de África de modo a cristalizar os modelos culturais eurocentrados.

Se no capítulo III o autor fez um aceno à conquista e à manipulação da natureza que a reduz a mera fonte de recursos como sendo uma das facetas da racionalidade colonialista, no capítulo IV Tavares discorre sobre o modo como essa racionalidade se estendeu – enquanto colonialidade – até a naturalização do mercado e da tecnociência. Depois de evidenciar o modelo em que o capitalismo se encontra na atualidade – isto é, o financeiro / improdutivo – o religioso enfatiza a dissociação entre a humanidade e a Terra, ao passo que aquela pensa viver “do dinheiro (valor abstrato) e não dos bens da Mãe Terra” (p. 76). Tal jogo corrobora no sentido da solidificação do mercado como uma espécie de religião fundamentalista que acredita que o conhecimento tecnocientífico produz riqueza, é irrefutável e se constitui, portanto, como uma necessidade econômica. Desse modo, a economia passa a poder prescindir de valores ético-morais e de qualquer materialidade (p. 79). O conceito de riqueza passa a ser condicionado ao valor de troca e, conseqüentemente, à escassez: o que, em si, é um paradoxo. As tecnologias, que são, na realidade, bens extraídos da Terra, travestem-se de produção humana, de modo a escamotear a condição extratora da humanidade sobre os bens da natureza. Ademais, as tecnologias passam a ocupar uma centralidade social a ponto de não podermos mais nos perguntar sobre o que “podemos nos fazer com elas?”, mas, sim o que “poderão fazer conosco?” (p. 84).

O V e penúltimo capítulo tece relações entre a teologia da libertação e a viragem

decolonial. De acordo com Tavares, a primeira seria condição para a emergência da segunda. O primeiro argumento em favor dessa tese reside sobre a escolha de “libertação” como alternativa à ideia de “desenvolvimento” (rejeitando o mito da história única e linear). Mas, esse não é o único. Afinal, ambas as correntes relacionam-se e se implicam, ao passo que seus objetivos básicos e primordiais dizem respeito à “sobrevivência da vida dos pobres e de outras formas de vida no planeta” (p. 99).

No capítulo VI, depois de estabelecer os marcos vinculadores existentes entre a teologia da libertação e a viragem decolonial, Tavares inclui na trama de seu texto a ecoteologia: uma “espécie de ponte entre ecologia e teologia” (p. 107) que “parte do pressuposto de que a injustiça social e a crise ambiental são ambas provocadas por um sistema de morte, deflagrado como produto de um paradigma civilizacional, caracterizado pelo poder hegemônico do mercado, da tecnociência e da mídia” (p. 109). O mesmo paradigma tecnocrático sustentado pelo papa Francisco na “Laudato Si” é assumido aqui, de igual modo, como raiz última da crise socioambiental. Esse paradigma impõe à ecoteologia três grandes nós a serem cuidados e dissolvidos: 1) o esgotamento da política, atualmente submissa ao mercado; 2) o controle global da sociedade por meio do extrativismo digital, da redução da privacidade e da colonização dos desejos, sentimentos e emoções; e 3) a incompatibilidade ética por meio do qual o mercado esvazia o sentido das ações dos trabalhadores de modo que não sejam possíveis mais avaliações sobre os meios e os fins de seus labores. Desse modo, a tecnociência domina o mundo, e os humanos não têm as condições necessárias para confrontá-la.

Embora a estruturação da obra não evidencie a conexão interna que há entre os capítulos, é impossível deixar de perceber que o eixo que sustenta toda discussão é, como o título do livro indicia, a ecoteologia. Ao assumir as categorias de pensamento próprias da “Laudato Si”, Tavares torna evidente sua pretensão: elucidar o máximo possível aquilo que, em sua compreensão, está na raiz da crise socioambiental e, iluminando tal realidade à luz da teologia cristã – da libertação, da criação, do papa Francisco... – corroborar os argumentos que exigem os saberes integrais e as práticas colaborativas para a superação dos desafios complexos que tal crise impõe à humanidade de modo geral.

Desde um prisma metodológico, a obra, como quase tudo que se possa submeter a alguma avaliação, apresenta pontos positivos e negativos. Os positivos podem ser resumidos do seguinte modo: cada frase do texto é densa de conteúdo, coesa na linguagem, clara nas intenções e objetiva quanto à reflexão. Por isso, o texto se presta ao papel de síntese integradora de grandes temas como: decolonialidade, teologia da libertação, ecoteologia, modernidade, capitalismo, tecnociência e mídia. O autor não aborda um tema sequer sem, antes, urdir uma trama que permita ao leitor compreender a partir de qual perspectiva ele o circunscreve. Aliás, a própria estrutura dos capítulos, dispostos aos moldes de artigos científicos – com introdução, desenvolvimento e conclusão – colabora imensamente para que a leitura, embora quase sempre sobrecarregada de conceitos, seja fluída.

Os pontos negativos restringem-se a dois. O primeiro diz respeito às traduções de citações diretas, que praticamente não aparecem na obra. Nas páginas 53 e 54, por exemplo, contam-se mais de 40 linhas em espanhol. Na página 58, figuram sete linhas de texto em inglês. Uma exceção à regra aparece na página 93, quando uma linha de

texto em alemão aparece traduzida na sequência entre parêntesis. O segundo aspecto negativo diz respeito às referências bibliográficas. Embora cada capítulo seja finalizado com sua respectiva bibliografia de referência, há muitos casos de autores e obras citadas ou aludidas que não figuram explicitamente no texto e, tampouco, nas referências. Um exemplo pode ser conferido na página 65, quando o autor apresenta três citações com aspas dos filósofos Bacon, Descartes e Kant, e menciona as obras de onde as copiou, sem que, contudo, tais bibliografias, com as respectivas edições e páginas, possam ser confrontadas por seus leitores, uma vez que não oferece tais dados. Esse fator esvazia, em alguma medida, a potência indiciária da obra para leitores iniciantes nos temas tratados. De todo modo, tais detalhes não prejudicam o conjunto do saber que constitui o livro.

Por fim, resta salientar o seguinte: a novidade que a obra representa está depositada sobre o fato de o autor conseguir reunir, à luz do discurso religioso – neste caso, sobretudo, católico –, os temas caros à ecologia (que engloba saberes provenientes da economia, da sociologia, da antropologia, da ciência política, da educação...) e a decolonialidade (caudatária dos estudos culturais, da história crítica, das reflexões dos povos subalternizados...). Nesse sentido, a obra autoral que apresentamos pode ser tomada como pioneira, ao passo que não somente retoma o pensamento contido na “*Laudato Si*”, mas, sim, evidencia os pressupostos teóricos que podem fundamentar tal reflexão e os coloca em diálogo a fim de demonstrar como ecologia e decolonialidade se implicam epistemologicamente.

Editora responsável: Silas Guerriero

Recebido: 14 nov. 2022

Aprovado: 25 abr. 2023